



GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

ISSN 2177-3688

A CRIAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO MUSEU DA FAZENDA FEDERAL

CREATION AND DEVELOPMENT OF MUSEU DA FAZENDA FEDERAL

Yago Rodrigo Freitas Lima - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Marcio Ferreira Rangel - Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O artigo analisa a trajetória de criação e desenvolvimento do Museu da Fazenda Federal, desde sua origem até os dias atuais. Neste processo verificamos os atores sociais, as instâncias similares e os contextos histórico, político, social e cultural. Tem como objetivo principal compreender a história da formação e da continuidade dessa instituição museológica, engendrada na efervescência da ditadura militar com o intuito de preservar e divulgar a memória econômico-financeira do Brasil. Essa proposta se tornou viável a partir das articulações entre os fundamentos teóricos da Museologia e do Patrimônio, em conjunto com a análise de fontes primárias, tais como documentos administrativos, informacionais e institucionais encontrados em diversas referências citadas no texto. Ao longo do artigo, os objetivos foram alcançados, permitindo a exposição dos processos de constituição e desenvolvimento do museu. Nas considerações finais, ressaltamos os desafios enfrentados para manter e garantir o funcionamento contínuo e a longevidade da instituição cultural.

Palavras-chave: formação de museu; história dos museus; museu da fazenda federal.

Abstract: This paper examines the creation's trajectory and development of Museu da Fazenda Federal, from its origins to the present day. In this process, the analysis includes social actors, similar instances and historical, political, social, and cultural contexts. The main objective is understanding formation's history and continuity of this museum institution, conceived during the effervescence of military dictatorship with the purpose of preserving and disseminating Brazil's economic and financial memory. This proposal became feasible through theoretical articulation of foundations from Museology and Heritage fields, combined to analysis of primary sources such as administrative documents, informational documents, and institutional documents found in various references cited. Throughout the article, the objectives were achieved, allowing the exposition of museum's constitution and development processes. In the final considerations, the challenges faced to maintain and ensure continued functioning and longevity of the cultural institution were emphasized.

Keywords: museum formation; museums history; Museu da Fazenda Federal.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o século XX pode ser afirmado como o século dos museus, não apenas pela quantidade de criações, mas também pelos novos entendimentos acerca das instituições e da profissionalização do campo (RANGEL, 2010), e igualmente pelas importantes iniciativas

no âmbito do patrimônio nacional. Foi neste século, que um número expressivo de museus brasileiros foi concebido. Instituições das mais variadas naturezas, vinculadas à compreensão de museu e Museologia das décadas em que foram criadas.

Dito isso, e com base na planilha gerada a partir de dados da Rede Nacional de Identificação de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (2019), é possível notar um aumento no número de aberturas de museus a partir da década de 1950. Entretanto, se observarmos este crescimento em comparação com períodos posteriores, especialmente entre os anos de 1961 e 1980, chegaremos a uma expressiva aceleração de inaugurações. Estes dados acabam revelando, particularmente, o fato de que, em meio a um cenário de golpe de Estado, censura e autoritarismo, instituições voltadas à cultura e à memória estavam sendo criadas pelo poder público. Entretanto, essas inúmeras conformações, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, eram utilizadas como transmissoras da “história oficial” do regime político instaurado e forma de legitimação da sua narrativa autoritária.

Relacionado a essa discussão, apresentamos o Museu da Fazenda Federal (MFF) que, junto com a coleção “Escravos”, foi objeto de pesquisa da minha dissertação de mestrado, da qual trago parte dos resultados no presente artigo. Deste modo, o MFF foi criado no Palácio da Fazenda¹, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, especificamente nos anos de 1970: um período governado por uma nova elite econômica, que dirigia o país com base em orientações ideológicas nacionalistas e autoritárias e que planejava modernizar as estruturas econômicas, políticas e culturais. Tal museu nasce, portanto, como um índice deste projeto, especialmente por ter sido efetivado na gestão do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto (1967-1974), em meio ao mandato do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974): governo militar considerado mais repressivo e violento no Brasil.

Assim, tendo como base os arcabouços teóricos da Museologia e do Patrimônio e a análise de documentos administrativos, informacionais e institucionais, abordamos conjunturas histórica, política, social e cultural em que a criação do museu esteve inserida, além de aspectos relacionados aos atores sociais e às instâncias similares. Por fim, na análise

¹ Edifício-Sede do Ministério da Fazenda – erguimento inaugurado em 10 de novembro de 1943, que ocupa uma quadra inteira da Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 375, na cidade do Rio de Janeiro; originado para composição de órgãos públicos relacionados aos setores econômico e financeiro do Brasil, situados na, então, capital do país –, que dispõe de um notável valor representativo, tanto pelo caráter arquitetônico, inserido na urbe, quanto por seus valores e atribuições simbólicas.

e discussão é possível compreender efetivamente como se deu a formação da instituição e como sua continuidade é sustentada.

2 DESENVOLVIMENTO

Durante o período da ditadura militar ocorre um aumento acelerado de aberturas de instituições museológicas no Brasil, que podem ser compreendidas como intermediários comunicacionais, porta-vozes e meios publicitários dos governos, cumprindo assim seu papel institucional. Isto ocorria através da legitimação e consagração de uma linguagem totalmente alinhada aos interesses militares, à exaltação ao poder e a fixação de uma identidade nacional restrita, estruturada na propagação de personagens oficiais e memórias idealizadas.

No decurso do comando autoritário e repressor do general Médici, o ministro Delfim Netto esteve à frente de um grandioso projeto político-econômico nacional, que permitiu, aos brasileiros, a experiência de um período de aceleração do desenvolvimento econômico do país. Em um enfoque estritamente governamental, contemplava-se a manifestação de um forte entusiasmo em torno da amplificação e avanços das mais distintas naturezas, tal como o crescimento da indústria e de infraestrutura.

No entanto, destaca-se uma das ambivalências e motivações do enfraquecimento desse movimento: distribuição assimétrica da economia, que ampliou a concentração de renda dos mais ricos, causando o agravamento das desigualdades socioeconômicas. Logo, essa ampla proposta recebeu várias críticas, visto que beneficiou apenas uma parcela já privilegiada. Por conta disso, acrescido a outras circunstâncias, esse “milagre econômico brasileiro” teve seu fim decretado.

Ligado ao setor da cultura, o Ministério da Fazenda, por meio de um Plano Cultural, aplicou recursos financeiros na restauração da Casa dos Contos² e criou outros empreendimentos de competências similares, como a Escola de Administração Fazendária (ESAF)³ e o Museu objeto deste artigo; além de oferecer apoio financeiro a inúmeras bibliotecas estaduais do país (DELFIN..., 1974). Essas ações possibilitam enxergar uma

²Construção alusiva à história colonial brasileira, fixada em Ouro Preto/MG, que funcionou como sede da Administração e Contabilidade Pública da Capitania de Minas Gerais e de outros órgãos públicos.

³A ESAF foi um órgão nacional responsável pela aplicação de treinamentos, cursos e capacitação em diversas áreas, criado em 8 de novembro de 1971 e extinguido em 1 de janeiro de 2019, tendo sua estrutura incorporada a uma instituição correlata, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

notória inserção desses elementos instrutivos no cotidiano daquele tempo, como modo de validação de um discurso de modernização e um ideário de prosperidade no seio da sociedade, provenientes do transitório “milagre econômico”.

É nesta contextualização e considerando “que a história do Ministério da Fazenda remonta à época do Brasil-Império e que em seu acervo se encontram documentos, objetos e peças de grande valor histórico; que cumpre à Administração preservar e dar melhor utilização a esse patrimônio cultural” (BRASIL, 1970a), que foi criado o Museu da Fazenda Federal, por meio da Portaria Ministerial nº 75, de 24 de março de 1970, publicada em 1 de abril de 1970 e assinada pelo ministro da pasta fazendária. Nesse momento, o MFF encontrava-se situado em um espaço de 250m², no setor A, da sobreloja, do suntuoso Palácio da Fazenda e subordinado ao Setor de Documentação da Secretaria da Receita Federal (SRF), sendo transferido, anos depois, para o Serviço de Documentação e Biblioteca da Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro (DMF/RJ). Nos dias atuais, responde hierarquicamente a Gerência de Recursos Logísticos (GRL) da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado do Rio de Janeiro (SRA/RJ). Cabe aqui uma elucidação fundamental: apesar das perceptíveis variações de nomenclaturas, alcançadas por mudanças na organização administrativa, a estrutura das atividades-fim cumpridas por essas instâncias permaneceu de forma integral, salvo algumas particularidades, no aludido Edifício-Sede.

A formação desta instituição, teve como finalidade “realizar o recolhimento, a classificação, a catalogação, a guarda e a exposição dos objetos históricos referentes à memória econômico-financeira do Brasil, construída no âmbito do Ministério da Fazenda ou a ele doados” (LIMA; RANGEL, 2019, p. 5). Já como missão, instantaneamente, ficou definida a preservação e divulgação de todo esse patrimônio e, depois, também, da história do Palácio e dos principais agentes sociais atuantes na pasta, tais como os ministros e outros representantes oficiais. À vista disso, é plausível assegurar que os eixos substanciais dessa concepção são: a proteção e a disseminação de símbolos oficiais diretamente relacionados e/ou vinculados aos contextos presentes e sujeitos atuantes em uma ambiência específica, ou seja, naquela denominada essencial para a expansão e a movimentação da economia e finanças da nação. Nos mesmos termos, é factível apontar a deliberada condução desses atos como forma de sedimentar e tonificar feitos históricos e personagens públicos, por intermédio de um veículo institucionalizado, usualmente de acesso público, manipulado

condicionalmente como um equipamento de transmissão da alegada “história oficial” e de comprovação da narrativa fabricada.

Para dar início aos trabalhos relativos à configuração almejada, Delfim Netto, utilizando suas atribuições legais, mediante a aludida Portaria Ministerial, definiu:

[...] algumas determinações referentes aos prazos para designação das comissões encarregadas de realizar todo o procedimento de pesquisa e relação dos itens afins à proposta do Museu, tornando responsável o senhor Antonio Amilcar de Oliveira Lima, Secretário da Receita Federal à época, pela expedição do regimento das tarefas a serem realizadas na instituição, assim como outras responsabilidades administrativas. Quanto aos prazos, estipulou-se dez dias, a partir da publicação no diário oficial, para a indicação do corpo técnico e sessenta dias para a realização das atividades de seleção de acervo. Após a conclusão, cinco dias para a entrega dos bens relacionados e inventariados (LIMA; RANGEL, 2019, p. 5).

Em cumprimento a esta demanda, o secretário Antonio Amilcar de Oliveira Lima, responsável por sugerir a criação do museu, editou a Portaria SRF nº 232, em 4 de maio de 1970, efetivamente publicada, no Diário Oficial, no 6º dia do mesmo mês e ano. Nela, ficou estabelecida, além de outras providências, a composição da Comissão Organizadora do Museu da Fazenda. Assim, definiu-se que seria presidida por Maria da Conceição Vial Correa e teria como membros Maria Ruth de Souza e Maria Angela Fiuza Dias Pinto. Quanto a esta última integrante, cabe informar que se trata de uma discente do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (MHN), ingressa na turma de 1968. Logo depois, entrou para a equipe a pesquisadora Maria Celeste Fernandes Garcia. Para atingir o objetivo traçado, essas mulheres ficaram incumbidas do planejamento, coordenação e execução de todas as deliberações que dizem respeito ao desenvolvimento e adequação do ambiente de instalação e funcionamento do Museu, e, também, as proposições acerca do texto do Regimento Interno, o qual não conseguimos localizar.

Com o auxílio da Assessoria de Estudos, Planejamento e Avaliação (AESPA)⁴, e jurisdição em todo o território brasileiro, esse ambicioso projeto buscou alcançar todos os órgãos fazendários, desde os regionais até os locais. Para isso, foi determinada, com o objetivo de cooperação na pesquisa e identificação de artefatos históricos, a constituição de subcomissões, compostas por três integrantes indicados pelo Superintendente Regional da Receita Federal de cada estado, dentro de cinco dias após a publicação da referida Portaria.

⁴ Órgão responsável pela assessoria nos processos de gestão estratégica da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Entretanto, para esse efeito, os Estados de Rondônia, Roraima e Amapá ficaram subordinados aos Territórios Federais do Acre, Amazonas e Pará, respectivamente.

Em relação a continuidade e fixação dos prazos, Lima e Rangel (2019, p. 5) afirmam que

o período estipulado na Portaria Ministerial, para finalização dos trabalhos, manteve-se na Portaria SRF. Nesta última, foi estabelecido, também, o prazo de até dez dias para os órgãos pertencentes ao organograma do Ministério da Fazenda encaminharem o documento denominado “Levantamento de Bens e Documentos Históricos”, contendo a descrição e, quando possível, fotos ou cópias dos bens e documentos com valores histórico e cultural a serem doados, isto, individualmente, em três vias das quais duas devem ser entregues à Comissão Organizadora e à Subcomissão Estadual, e a terceira ficando em seu domínio.

Faz parte ainda dos tópicos elencados na Portaria SRF o seguinte entendimento: após a criação das Subcomissões e os respectivos envios do “Levantamento de Bens e Documentos Históricos”, todo o conjunto registrado se tornaria, automaticamente, componente do acervo do Museu, não podendo sofrer qualquer alteração ou transferência, até a incorporação ou rejeição pela Comissão. No caso de serem aceitos pelo grupo de trabalho, os documentos teriam que ser remetidos através do malote oficial, já os outros artigos de maior porte, por meio de transportes oficiais.

Logo após a cessão dos itens avaliados como indispensáveis para a composição do acervo, ocorre a execução das atividades museológicas e, por fim, a finalização do delineamento expográfico. Em 11 de março de 1971, ocorreu a cerimônia de abertura ao público do Museu da Fazenda Federal. A solenidade inaugural contou com a presença do Secretário da Receita Federal que, entre outras palavras, enunciou o trecho a seguir:

os museus não podem ser estáticos, mas sim canteiros com portas abertas permanentemente para o novo e por isso decidimos fazer este Museu que dá a visão de uma realidade que se modifica dia a dia. O passado é vivo e importante na medida que ajuda a construção do futuro e que os valores tradicionais devem ser preservados desde que não entrem o desenvolvimento presente e futuro (MUSEU DA FAZENDA FEDERAL, 1991a, p. 1).

Já para época, esta percepção era considerada ultrapassada. Desde a década de 70, os museus eram considerados dispositivos estratégicos de transformação social. Com a finalização do discurso, inaugurou-se a exposição de longa duração sobre o tema “O desenvolvimento da Administração Tributária no Brasil”, que apresentava um conjunto de painéis composto de documentos – originais e fotocópias – consagrados pela história e

relacionados com a “evolução do sistema tributário, com os quadros expostos numa ordem que facilita a interpretação cronológica” (DESENVOLVIMENTO..., 1971, p. 4).

O percurso expográfico, de acordo com a edição de 6 de maio de 1971 do Jornal do Brasil, esteve dividido em dois módulos: o primeiro, retratado pelas atividades econômicas iniciais e a extração e exploração do Pau-brasil, a partir da “reprodução em grandes proporções do primeiro mapa econômico do Brasil, de autoria de Lopo Homem e datado de 1519. [...] Ainda, em reproduções fotográficas, as primeiras alfândegas, a de São Vicente (1532), a da Bahia, a do Rio, a de Belém e a de São Luís” (JORNAL DO BRASIL, 1971, p. 2). Já o segundo, representado por uma variedade de artefatos de distintos gêneros e importâncias, como medidas e balanças utilizadas nas cobranças, contratos, livros de registros, mobiliário usado por ministros etc., correlatos com a “época da mineração, os impostos devidos à Corte, o escravo como mão de obra e como fonte de divisas, já que uma taxa deveria ser paga para importá-lo” (*Idem.*, p. 2), entre outras circunstâncias. Entendendo que os itens citados são apenas fragmentos de uma totalidade presente na mostra e que não podemos determinar precisamente como estavam distribuídos, é viável afirmar, com base nas matérias jornalísticas expostas, que a equipe técnica utilizou um recurso habitualmente empregado nos museus até os dias atuais: a exibição do acervo em uma narrativa de cronológica. Neste caso em particular, os relatos dos acontecimentos fundamentaram-se numa estrutura lógica para desvelar os diversos aspectos inerentes à organização econômica existente em solos brasileiros, com efeitos a partir do período colonial.

Nos anos subsequentes, o corpo técnico do MFF empreendeu inúmeras ações a fim de materializar a função social e de manter o funcionamento contínuo e ativo da instituição. Como exemplo destas ações, sobretudo as realizadas entre os anos de 1971 e 1993, destacamos as duas exposições de longa duração: “O desenvolvimento da Administração Tributária no Brasil” e “O Erário e seus homens públicos”, realizadas no grande salão disponível na sede do Museu. Estas exposições foram estruturadas para apresentar o discurso oficial do MFF sobre os temas centrais do desenvolvimento econômico brasileiro, ou seja, janelas exibidoras do que o Museu guarda e opta em transmitir.

Ressaltamos ainda, as exposições de curta duração que eram montadas em atribuição de uma temática específica ou de datas comemorativas, em um pequeno espaço da sede e, outras vezes, no hall principal do Palácio da Fazenda, almejando um nível mais amplo de transmissão de informações, um alcance participativo de novos públicos.

Além das exposições, também foram utilizados, como métodos de comunicação, catálogos das exposições, livros comemorativos e materiais de divulgação, alcançadas transversalmente com pesquisas efetuadas pelo Museu, e justapostas ao ordenamento estético-formal empreendido pela Gráfica da DMF/RJ.

De forma semelhante, a partir de 1973, passaram a ser distribuídos folhetos intitutados “Recado”, cujo intuito era a divulgação trimestral das atividades museológicas desempenhadas e o registro de fatos marcantes, objetivando valorizar a história fazendária brasileira. Reconhecemos estas publicações como fontes primárias factuais da memória institucional, já que o contato com esse agrupamento textual possibilitou a descoberta e recuperação de informações, sendo isto, base fundamental para parte das argumentações e problematizações recorrentes nesta pesquisa.

Em 1993, com a saída da responsável pelo museu, ocorreu uma parada abrupta na produção das publicações, sendo reiniciadas no ano de 2000, perdurando até o final do ano de 2002. Dessa vez, contando somente com explicações referentes aos acontecimentos envolvidos ao enquadramento econômico-financeiro brasileiro, com dados retrospectivos acerca de órgãos e personalidades públicas.

Continuamente, e tendo como referência diversos documentos do campo da Museologia e do pensamento educacional brasileiro, o grupo de trabalho do Museu da Fazenda, identificando-o como um espaço questionador, incentivador e motivador, criou o “Projeto Museu/Escola”, promovido continuamente entre 1974 e 1985, com retomada em 1988 e finalização em 1993, estando, este retorno, atravessado por algumas interrupções derivadas da falta de veículo para condução. Este projeto proporcionava visitas guiadas aos estudantes, num tom pedagógico e com uma linguagem adequada ao nível escolar, faixa etária e realidade de cada turma.

Apesar da relevância do MFF, a instituição não possuía sede própria e sua estrutura limitava o aumento de seu acervo. Em um documento institucional, encontramos a seguinte afirmação: “a maior luta do Museu é encontrar um imóvel, próprio nacional, para a sua sede definitiva, só assim poderá mostrar melhor o seu acervo” (MUSEU DA FAZENDA FEDERAL, 1985, p. 2). Assim, para explicitar proporcionais inconformidades, destacamos outros trechos:

O Museu da Fazenda Federal tem uma sede que não dá para qualquer expansão e isso se torna mais dramático quando se considera as atividades a que ele se propõe, e sobretudo as ideias já germinadas de uma série de

realizações que exigem ESPAÇO. Nestes 17 anos de atividades desenvolvidas, lotaram por completo todas as dependências e até mesmo os cantos das paredes (MUSEU DA FAZENDA FEDERAL, 1987, p. 2).

A grande luta do Museu é para que as autoridades fazendárias se conscientizem de que o mesmo cresce e não pode continuar em sua atual sede, ou melhor, numa sobreloja, que para se fazer mais conhecido, organiza exposições temporárias no saguão principal do Ministério. Portanto, o Museu precisa, e com urgência, ser instalado num próprio nacional, adequado, sede definitiva. Só assim poderá expandir-se e cumprir melhor a sua missão (MUSEU DA FAZENDA FEDERAL, 1990, p. 2).

A falta de verbas e a precariedade do espaço físico, são os principais problemas que afligem o Museu. O problema financeiro representa hoje as dificuldades de adquirir mais acervo, de restaurar documentos e objetos. [...] Não há espaço, contudo, para abrigar em condições adequadas todo o acervo do Museu. Com tudo isso, esperamos, nós funcionários do Museu, melhores condições para desenvolvermos nosso trabalho em escala compatível com outros Museus (MUSEU DA FAZENDA FEDERAL, 1991b, p. 2).

Conforme os fragmentos citados acima, encontrados em distintas edições dos folhetos “Recado”, essa insatisfação e busca por melhorias existiram, no mínimo, desde 1985. Os escritos nestes folhetos apresentavam a constante busca de paridade com outras instituições museológicas do país, como um mecanismo de valorização ao seu acervo. Além do problema de ampliação das coleções, a permanência do MFF no prédio do antigo ministério era sempre apresentada como um problema para o aumento do público visitante.

No ano de 1993, o térreo foi reformado e algumas repartições trocaram de lugar. Neste momento o Banco do Brasil demonstrou interesse em ocupar as instalações pertencentes ao Museu para abertura de uma agência bancária. Em contrapartida ao uso gratuito do espaço, concedido pelas instâncias superiores, a empresa pública de economia mista se propôs a custear a estruturação dos espaços, que possibilitaria a implantação de uma nova estrutura, com instalações modernas, numa aparente dimensão mais ampla que a do molde anterior, e, ainda, totalmente compatível com a dimensão do seu acervo. Para mais, tinha-se a “ideia de transferir o museu – para o 10º ou 12º andar, onde ficam respectivamente, o gabinete do ministro e a biblioteca – [como] parte do projeto de recuperação do imponente prédio [...]” (REFORMA..., 1993, p. 17).

Ainda, segundo a chefe de Comunicação Social em atividade, Iasmim Camacho, essa recém-adquirida concepção originou-se do desejo de “[...] agrupar toda a parte histórica num mesmo local, criar um corredor cultural” (REFORMA..., 1993, p. 17, grifo do autor). Sobre o exposto, a dirigente do Museu “reconhece que o endereço atual não é o ideal e não vê com muita simpatia a transferência para um andar mais alto, por crer que ele ficará muito

distante do público” (*Idem.*, p. 17). Em uma distinta edição do mesmo jornal, respondendo às motivações da alteração espacial, a responsável alega que: “para frequentar esse corredor cultural a pessoa terá que entrar uma fila de elevador para conhecer um pouco da história fazendária, quando no térreo, onde há maior fluxo de pessoas, seria o lugar mais indicado” (*Idem.*, p. 10).

Perante o exposto e refletindo acerca de argumentos precedentes, de preferência as inúmeras movimentações pertinentes ao alcance mais amplo de visitantes, compreendemos a relutância da servidora, relativamente ao distanciamento referido. Em contrapartida, mediante as exatas alegações, entendemos que um espaçamento maior se tornaria ideal para o aprimoramento das funcionalidades da instituição, embora não seja num prédio exclusivo, o que, implicitamente, vislumbra-se como um dos pontos de divergência.

Ainda sobre esta reestruturação, a referida funcionária questiona:

a antiga sede do Museu apesar de pequena, ocupa 250m² de área construída, com linóleo próprio contra poeira, instalações de vitrines de parede e outras. Será que nas novas salas o Museu contará com o mesmo espaço, e caso a mudança se concretize, a reforma e adaptações ficarão prontas a antes? (*Idem.*, p. 10).

Observado o perfil assertivo e determinado desta gestora, bem como seus posicionamentos, não propomos uma atribuição de valor nos termos designados. Mas, a partir dessa constatação, podemos, futuramente, alinhá-los às escolhas tangenciadas a coleção e a escala das narrativas reveladas. Por não ter suas exigências atendidas, a servidora pede demissão do cargo. Seu afastamento causa a descontinuidade das operações e procedimentos implementados até então, como os previamente mencionados: folhetos "Recado" e "Projeto Museu/Escola". Verificamos também, uma pausa na difusão pelas mídias das exposições e eventos estruturados pelo MFF.

Em julho de 1993, o Museu passou a ser gerenciado, momentaneamente, pela chefe do Serviço de Documentação e Biblioteca. A chefia imediata do museu, ficou a cargo do funcionário do MFF com mais tempo de casa, Letícia Mainieri Piedade. Quanto à mudança, foi de fato executada em 1994, passando o Museu a situar-se em um vasto recinto no 10º andar, entretanto, em condições moderadamente diferentes da programada, já que o esboço detalhado não se concretizou na sua totalidade. Ainda que este ambiente tenha sido imediatamente readaptado à função que sucederá –com elementos componentes da exposição, como programação visual, mobiliário e circuito de iluminação –, outros

problemas surgiram: inexistência de delimitação de departamentos exclusivos para o trabalho administrativo e para a organização de uma reserva técnica, dificultando a manutenção de estratégias para preservação e de programas educacionais, de comunicação e pesquisa. Logo, as práticas laborais eram conduzidas no salão de exposição, na presença dos transeuntes, e a efetivação de outras atividades, até então, inacessíveis.

Apesar destas dificuldades, o aumento do espaço, permitiu modificações conceituais e estéticas, acompanhadas do aumento de objetos na exposição de longa duração, tendo seu título alterado para “Museu da Fazenda Federal: do Erário Régio ao Ministério da Fazenda”, na iminência de tonificar, descrever e facilitar o entendimento sobre a temática central do MFF, bem como evidenciar os aspectos relacionais perante as organizações financeiras supracitadas.

Continuamente, trago relato em primeira pessoa, da experiência de pesquisa no Museu da Fazenda, sobretudo como arquivista e funcionário público, lotado na Coordenação-Geral de Gestão de Acervos Funcionais (CGGAF), do Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos, do Ministério da Economia (ME), em atuação no Palácio da Fazenda. De antemão, ressalto a disponibilidade dos servidores hodiernos em facultar a investigação desempenhada. No entanto, para detalhar a dificuldade em obter uma narrativa integral, articulei a seguinte constatação: por se tratar de uma instituição pública federal, acometida por uma rotatividade de funcionários e, sincronicamente, por uma interrupção da continuidade lógica do pensamento institucional, assim como pela inexistência de um registro documental que evidencie e respalde a história corporativa na sua integralidade, fiquei impossibilitado de captar maiores referências acerca de determinados períodos e pontos fundamentais.

Por conta dessas fragilidades foram gerados obstáculos, em especial, na possibilidade de fundamentação de decisões mais precisas e no estabelecimento de uma memória institucional estruturada. Desse modo, afirmo que a falta de um quadro de pessoal oficialmente previsto, ocasionando uma alternância deliberada, e a falta de uma documentação administrativa e museológica formalizada, tornou-se um fator complicador tanto para a própria instituição quanto para a Museologia e para mim, enquanto cidadão e pesquisador, pois consideráveis conhecimentos acabaram se perdendo.

Diante destas lacunas, que ainda se apresentam como obstáculos intransponíveis, somos obrigados a dar um pulo cronológico para abordarmos dois grandes projetos culturais

relativos à memória tributária e ao prédio em que está situado. O primeiro, em 2008, ano de comemoração dos 200 anos de criação do Erário Régio. Essa solenidade contou com uma série de programações que se desenrolaram em diversas regiões do país, principalmente no Rio de Janeiro e em Brasília.

Dentre estas programações, o MFF, em parceria com o Gabinete do Ministro, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) e a ESAF, e com apoios financeiros da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, efetuou, no hall principal, a exposição nomeada “200 anos do Ministério da Fazenda 1808-2008”, na qual apresentou, através de documentos textuais e iconográficos, as memórias relacionadas ao tema. Durante as festividades do bicentenário, houve um grande comparecimento popular, incluindo um número relevante de estudantes que participaram de visitas mediadas e de atividades educativas com o suporte de arte-educadores contratados especificamente para o evento.

O segundo projeto ocorreu em 2013, nas comemorações dos 70 anos do Palácio da Fazenda. Para auxiliar no planejamento do festejo, o MFF em conjunto com a Biblioteca do Ministério da Fazenda (BMF) formou um grupo de trabalho composto de funcionários-chave da SRA/RJ e de outros órgãos do Ministério da Fazenda. Com isso, foram articulados diversos programas educacionais e a produção de uma exposição no mesmo lugar da anterior, contando a história predial e suas renovações. Ainda nesse ano, a sede da instituição precisou ser novamente fechada por causa de outra infiltração, sendo este um problema estrutural recorrente.

Entretanto, para assegurar a continuidade das tarefas desempenhadas, manteve-se o atendimento aos pesquisadores e criou-se o “Projeto Palácio da Fazenda: história e arte” – que durou até o início de 2020⁵. Através de visitas mediadas pelas áreas comuns do prédio, o visitante tinha uma fruição espacial em diferentes escalas e, concomitantemente, o repasse de instruções a respeito da edificação e seu enquadramento histórico, urbanístico e artístico. De maneira similar, essa ação possibilitou a inserção do Palácio e, posteriormente, do Museu no rol dos espaços frequentados em meio aos passeios pelo centro do Rio de Janeiro, em especial com a inclusão no itinerário das visitas efetuadas por agências de turismo, potencializando uma espécie de “novo ponto turístico” da capital carioca.

Por problemas estruturais, o MFF ficou fechado por aproximadamente quatro anos. Este fechamento possibilitou a execução da proposta de uma nova expografia apresentada

⁵ Com a pandemia da COVID – 19 o projeto foi interrompido.

na “Planta de reformulação do layout”, tornando exequíveis as reformulações museográficas: retirada do carpete, implantação de um novo sistema de luzes em LED e a pintura das divisórias dos núcleos significativos em diferentes cores, tudo isso com intuito de tornar inteligível o seu discurso. A solenidade de reinauguração do MFF, ocorreu, no dia 29 de junho de 2017, com seu espaço físico reestruturado e remodelado; voltando, assim, a ser aberto para visitação, estando seu recinto “revitalizado e transformado em um ambiente mais dinâmico e moderno, reiterando seu papel social como produtor de conhecimento” (RIOTUR, 2019).

Durante a reabertura do Museu da Fazenda ao público, a equipe técnica era composta por quatro indivíduos: Sérgio Murilo Villela Cid, com formação técnica em Adrecista e cursos complementares em Conservação e Restauro; Deise da Silva Thomaz, diplomada em Letras e Cinema; Letícia Mainieri, então, responsável pelo Museu, graduada em Relações Públicas; e, também, Vera Bittencourt, formada em Administração de Empresas com MBA em Gestão e Produção Cultural, além decursos adicionais no campo da Museologia.

No percurso expositivo, encontram os acervos do século XVIII, muitos itens pertencentes aos séculos XIX e XX e, em menor quantidade, do século XXI, como documentos, móveis, máquinas, aparelhos e congêneres, que foram de grande importância em cada época mencionada. A visita é iniciada pelo núcleo Colônia, trazendo o ouro como veículo de pagamento, as Casas de Fundição onde eram fundidos o ouro e prata extraídos e, sem qualquer contextualização contrária, os negros escravizados na condição de mercadoria. Em seguida, o núcleo Império (1º e 2º Reinados) aborda da Independência em 1822 até a Proclamação da República em 1889. Essa parte da exposição retrata, entre outras coisas, a comercialização do café como ferramenta principal na mudança da situação financeira do país. Em seguida, o núcleo República apresenta a estrutura política vigente até os dias atuais. Neste segmento, são abordados a criação do imposto do selo, do imposto de renda e a trajetória do sistema monetário do Brasil, através de um vasto conjunto de moedas e cédulas. Por fim, o núcleo Palácio da Fazenda que retrata a construção e as intervenções realizadas no prédio que sedia o Museu da Fazenda e corporifica seu status imponente e simbólico, fortalecendo sua relevância monumental.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Museu da Fazenda Federal passou por diferentes regimes políticos que influenciaram nos seus mecanismos de coleta, preservação e comunicação de seu acervo. Ao analisarmos um museu, torna-se necessário compreender questões ideológicas, sociais e culturais que permeiam suas escolhas. Os temas apresentados, os objetos expostos e as escolhas museográficas são elementos de um discurso que refletem uma escolha e o nosso desafio é desvendar os elementos subjacentes neste processo.

Um museu que tem como missão apresentar objetos e peças de importância histórica, ligados à administração fazendária do Brasil, que permitam a sociedade compreender os ciclos de riqueza que permearam nosso desenvolvimento e que estruturam nossa sociedade, deveria problematizar os desdobramentos das escolhas que a nação realizou no decorrer dos séculos e que nos trouxeram até os dias atuais. As desigualdades sociais, a fome e a pobreza, por exemplo, não são evidenciadas no circuito expositivo.

As transformações não são fáceis, principalmente quando estamos inseridos dentro de estruturas que respondem de maneira mais lenta às mudanças. Todas estas questões são pensadas pela equipe atual do Museu e precisam ser aprofundadas e elaboradas, para que a instituição possa desempenhar de maneira eficiente a sua função social e dialogar com as demandas de um país que passa por uma acelerada mudança de valores e visão de mundo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Portaria Ministerial n. 75, de 24 de março de 1970**. Cria o Museu da Fazenda Federal, subordinado à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Fazenda, 24 mar. 1970a.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Portaria SRF n. 232, de 4 de maio de 1970**. Cria a Comissão Organizadora do Museu da Fazenda e outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Fazenda, 4 maio 1970b.

DELFIM Netto reabre Casa dos Contos em Ouro Preto. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro, n. 24767, 18 jan. 1974, p. 2. Disponível em:
http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1974_24767.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

DESENVOLVIMENTO tributário no Museu da Fazenda. **O Jornal (RJ)**, Rio de Janeiro, n. 15169, 13 mar. 1971, p. 4. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=museu%20da%20fazenda&hf=memoria.bn.br&pagfis=91868. Acesso em: 10 set. 2021.

JORNAL DO BRASIL. Museu da Fazenda: a história dos impostos no Brasil. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, 6 maio de 1971, Caderno B, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22a%20hist%20%20dos%20impostos%20no%20brasil%22%20%22museu%20da%20fazenda%22&pagfis=31419. Acesso em: 10 set. 2021.

LIMA, Y. R. F.; RANGEL, M. F. Museus Brasileiros no século XX: o Museu da Fazenda Federal. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DAINFORMACAO*, 20., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ENANCIB, 2019, pp. 1-9. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1180/685>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MUSEU DA FAZENDA FEDERAL. **Folheto Recado n. 58**. Rio de Janeiro: Gráfica da Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro, 1987. 2 p.

MUSEU DA FAZENDA FEDERAL. **Folheto Recado n. 69**. Rio de Janeiro: Gráfica da Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro, 1990. 2 p.

MUSEU DA FAZENDA FEDERAL. **Folheto Recado n. 73**. Rio de Janeiro: Gráfica da Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro, 1991a. 2 p.

MUSEU DA FAZENDA FEDERAL. **Folheto Recado n. 74**. Rio de Janeiro: Gráfica da Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro, 1991b. 2 p.

MUSEU DA FAZENDA FEDERAL. **Folheto Recado n. 49**. Rio de Janeiro: Gráfica da Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro, 1985. 2 p.

RANGEL, M. F. Políticas públicas e museus no Brasil. *In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P. dos; LOUREIRO, M. L. de N. M. (org.). O Caráter Político dos Museus. MAST Colloquia*, Rio de Janeiro, MAST, v. 12, p. 117-135, 2010.

REDE NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE MUSEUS/INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Museus brasileiros por ano de abertura ao público. **Planilha** (Microsoft Excel). 28 de ago. 2019.

REFORMA em edifício dá novo espaço ao Museu da Fazenda. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 141, 27 ago. 1993, p. 17. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=%22reforma%20em%20edif%20C%ADcio%20d%20C%A1%22&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.br&pagfis=96823. Acesso em: 10 set. 2021.

RIOTUR. **Museu da Fazenda Federal**. Acessado em: 12 jul. 2019. Disponível em: http://visit.rio/que_fazer/museu-da-fazenda-federal/. Acesso em: 20 jul. 2019.